Crianças maluquinhas

Niños traviesos

Silly children

Santiago Alcázar

Resumo: O artigo trata da próxima reunião do Foro Político de Alto Nível, encarregado de examinar o estado de implementação dos ODS da Agenda 2030. Este ano, o HLPF irá focar nos ODS 6 (água), 7 (energia), 9 (infraestrutura) 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias para alcançar os ODS). Há avanços, mas o progresso é lento e insuficiente. O atual estado do mundo não favorece avanços sociais. O que fazer? A grande maioria dos países apoia os ODS e somente uma minoria se opõem. Enquanto isso, crianças em situação de vulnerabilidade fazem o que toda faz em qualquer situação: brincam.

Palavras-chave: ODS; HLPF 2026.

Resumen: *El presente artículo trata de la próxima reunión del HLPF, responsable de monitorear la implementación de los ODS de la Agenda 2030. Este año, el HLPF examinará los ODS 6 (agua), 7 (energía), 9 (infraestructura), 11 (ciudades y comunidades sostenibles) y 17 (asociaciones para llevar a cabo los ODS). Hay progreso, pero es lento e insuficiente. El actual estado del mundo no favorece avanzos sociales. ¿Qué hacer? La gran mayoría de los países apoyan los ODS y solamente una minoría se opone a ellos. Mientras tanto, chicos en situación de vulnerabilidad hacen lo que hacen todos los chicos: juegan.*

Palavras-clave: *ODS; HLPF 2026.*

Abstract: *This article deals with the upcoming meeting of HLPF, responsible for the follow-up of the SDG of 2030 Agenda. This year, the HLPF will make an in-depth examination of SDG 6 (water), 7 (energy), 9 (infrastructure), 11 (sustainable cities and communities), 17 (partnerships for the attainment of the SDGs). There is progress, but is uneven, slow and insufficient. The present state of the world does not favor social progress. What is to be done? The great majority of countries support the SDGs and only a minority oppose them. In the meantime, children in vulnerable situations do what all children do in whatever situation: they play.*

Keywords: *SDGs; HLPF 2026.*

Deverá realizar-se de 7 a 16 de julho corrente, em Nova York, no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês). O HLPF, como se sabe é a plataforma designada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para acompanhar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A reunião do HLPF realiza-se todo ano e serve para que os países tomem conhecimento do progresso realizado e possam ajustar os seus respectivos ponteiros para fazer eventuais correções de rumo em suas políticas internas pertinentes.

Cada ano, o HLPF escolhe um tema para focar os debates e seleciona um grupo de ODS para examinar especificamente o progresso realizado. Este ano, o tema escolhido é: "*Ações transformadoras, equitativas, inovativas e coordenadas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, bem como um futuro sustentável para todos*".

Os cinco ODS selecionados são: 6 (acesso à água limpa e saneamento); 7 (acesso à energia limpa); 9 (infraestrutura, industrialização e inovação); 11 (cidades e comunidades sustentáveis); 17 (parcerias para os ODS).

O relatório 2026 do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o progresso na implementação dos ODS difere pouco do que 2025. Das 139 metas, somente verifica-se avanço (15%) ou avanço moderado (21%) em 49 delas; em 68 das metas, observa-se avanço insuficiente (32%) ou nenhum progresso (17%); em 22 metas houve regressão com respeito ao ano base de 2015, quando foram aprovados os ODS. O quadro não parece animador.

É preciso deixar registro que há mais quantidade de dados hoje do que em 2015, e de melhor qualidade. Em 2016, quando o Secretário-Geral apresentou o seu primeiro relatório, os dados disponíveis sobre os indicadores básicos cobriam somente metade dos ODS. Hoje, essa situação mudou. Os dados disponíveis são melhores e em maior quantidade. Essa melhora sugere maior compromisso dos países com a Agenda 2030 por meio da adoção de políticas condizentes com os ODS, fortalecimento institucional e uma maior capacidade de monitoramento. Parece claro haver uma vontade política dos países, sobretudo os do Sul Global, de avançar com a Agenda 2030.

A vontade política de avançar com a Agenda 2030 é contrabalançada pelo gap financeiro, que é a diferença entre os recursos necessários e os recursos disponíveis para alcançar os ODS em sua totalidade. Com efeito, esse gap é da ordem de US$ 4 trilhões, por ano, para atingir todas as metas até 2030. O gap financeiro parece assim uma parede que impede o avanço da Agenda 2030.

Qual é a situação? Muitos creditam a barreira financeira à arquitetura do sistema financeiro internacional, que parece favorecer aos que menos precisam. Com efeito, mais de um terço dos países do mundo são forçados a recorrer a empréstimos a custos exorbitantes. O resultado é kafkiano. O país toma empréstimos para financiar necessidades básicas, mas como os custos dos empréstimos são muito altos, são forçados a pagar de volta aos credores com acréscimos significativos, tornando inviável os investimentos necessários para o desenvolvimento. O FMI e o Banco Mundial, criados na Conferência de Bretton Woods, em 1944, para, respectivamente, garantir a estabilidade financeira internacional por meio da concessão de empréstimos emergenciais; e apoiar o desenvolvimento – parecem trabalhar a contracorrente das necessidades dos países em desenvolvimento. Há consenso, ou quase consenso, de que a arquitetura do sistema financeiro internacional não funciona a contento e está a precisar reforma.

De 30 de junho a 3 de julho de 2025, realizou-se a IV Conferência Mundial sobre Investimento para Desenvolvimento, em Sevilha. O objetivo da IV Conferência foi destravar os entraves para os investimentos necessários para o desenvolvimento. A governança do FMI e do Banco Mundial, por exemplo, falha ao não democratizar a participação dos países do Sul Global nas decisões que tomam. O documento final, "*Compromiso de Sevilla*", com mais de 40 páginas, não inclui linguagem clara de comprometimento com esse objetivo[1]. Limitar a participação na

[1] https://docs.un.org/en/A/RES/79/323

governança das instituições financeiras internacionais aos países que já têm influência sobre as finanças mundiais resulta na persistência do "*apartheid financeiro*" nas instituições financeiras criadas para servir à Organização das Nações Unidas. Não há tampouco no "*Compromiso*" qualquer comprometimento de pôr um basta ao financiamento de projetos que danam o meio ambiente e aquecem o planeta. O "*Compromiso*" como se vê, fica aquém do que seria necessário para avançar na agenda do desenvolvimento. É preciso deixar registro que os EUA se opuseram a praticamente todo esse documento final. Não contentes com a manifestação de contrariedade, deixaram de participar da IV Conferência Mundial sobre Investimento para Desenvolvimento. Sem a participação dos EUA e sem a sua vontade política seu é praticamente impossível alterar a arquitetura do sistema financeiro internacional. É óbvio, mas é preciso dizê-lo. Há ainda a questão da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA, nas siglas em inglês). Criada em 1969 no âmbito da OCDE e adotada pela 25ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1970[2], a ODA foi o compromisso, segundo o qual os países economicamente avançados transfeririam aos países em desenvolvimento 1% de seus respectivos PIBs. Era então uma época de solidariedade. O compromisso de 1% foi reajustado mais tarde em 0,7%. Não todas as economias avançadas cumpriram o acertado. Hoje a ODA está em declínio, como um rio que seca.

Ademais da parede financeira, a situação no mundo de hoje é perigosamente instável. A guerra na Ucrânia pode desencadear em guerra nuclear a menos que prevaleça o bom-senso. O genocídio em Gaza, que normaliza a barbárie e constitui a mais gritante violação da promessa do "Nunca Mais", que deu origem à Organização das Nações Unidas – é o mais grave impedimento para a realização do anseio universal por um mundo mais justo. A guerra dos EUA-Israel contra o Irã é um absurdo tamanho, que somente tem sentido num mundo onde o direito internacional é impunemente ignorado. Em toda parte, do Haiti ao Iêmen e ao Sudão, de Mianmar ao Sahel e às realidades soterradas pelo esquecimento ou a ignorância – a violência é lei. As tensões geopolíticas estão em ascensão.

O HLPF irá examinar o progresso na implementação dos 5 ODS acima. Com relação ao ODS 6 – acesso água – segundo o relatório do Secretário-Geral, a porcentagem da população mundial com acesso a água limpa, saneamento e serviços de higiene com respeito a 2015 aumentou, respectivamente, de 68 a 74%, de 48 a 58% e de 66 a 80%. É um avanço, mas é lento. Existem ainda 2,1 bilhões de pessoas sem acesso a água limpa, 3,4 bilhões sem acesso a saneamento e 1,7 bilhão sem acesso a serviços de higiene. Preocupante e a vazão dos rios, a principal fonte de água doce. Aproximadamente 100 países experimentaram redução no fluxo dos rios, sendo que mais ou menos 20 reportaram redução acima de 10%. Segundo o relatório do Secretário-Geral, a ODA dedicou US$ 10,3 bilhões para investimentos em água para agricultura o que contrasta com a queda de 6,7% para acesso à água e saneamento, no que parece ser uma inversão de prioridades.

Cabe registrar que do consumo total de água doce no mundo, 70% são destinados à agricultura, 20% para manufatura, produção de energia e esfriamento e 10% para consumo humano, cozinha e necessidades higiênicas. A redução da vazão de rios, a principal fonte de água doce, é uma séria preocupação, sobretudo à luz da crescente necessidade de água para esfriamento das tecnologias de IA. Outro ponto importante é o uso de água doce para atividades de mineração, cruciais para as tecnologias de IA. Estimativas recentes mostram que no Brasil 1,6% de toda a água capturada, suficiente para suprir as necessidades de uma população rural de 30 milhões de habitantes, destina-se à mineração. É provável que novas necessidades de água

[2] https://docs.un.org/en/A/RES/2626(XXV)

para mineração de terras raras, ademais daquelas já em andamento, e esfriamento para tecnologias de IA cresçam em proporção maior que as de consumo humano. Não se sabe onde está o ponto de ruptura a partir do qual a tragédia humana se apresenta em peso.

Com respeito ao acesso à energia limpa, o relatório mostra que aproximadamente 8% (655 milhões de pessoas) da população mundial ainda não tem acesso à eletricidade; 75% têm acesso a energias limpas para cozinha, o que significa que aproximadamente 2 bilhões de pessoas dependem da queima de combustíveis poluentes. A energia renovável representa somente 18% do consumo total de energia, enquanto as fontes renováveis respondem por cerca de 30% da produção global de energia.

O consumo global de energia é repartido aproximadamente da seguinte maneira: i) 33%; ii) transporte, 30%; iii) unidades habitacionais, 20%; iv) edifícios comerciais e agricultura, 17%.

Falta de acesso à água e à energia são fatores determinantes da pobreza. Aumentar o acesso público a esses bens é o propósito dos ODS 6 e 7 da Agenda 2030. Como aumentar o acesso para consumo humano à água e à energia diante das enormes exigências de IA, que incluem a mineração de terras raras, o beneficiamento, a produção de hardwares de ponta, a instalação de datas centers, entre outros. O relatório do Secretário-Geral não levanta essa questão, mas é evidente que é preciso fazê-lo tendo em conta o tenso ambiente geopolítico, a normalização da violação do direito internacional, a falta de solidariedade, o aumento da violência e a espiral de incertezas. Como ficamos no meio de tantas forças de desintegração?

Em 17 de junho, o Secretário-Geral das Nações Unidas compartilhou uma mensagem por vídeo em que destaca que mais de 170 países apoiam as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas relacionadas aos ODS, com a exceção de EUA e Argentina que, ao contrário, opõem-se sistematicamente a elas.

Tensão ou solução de controvérsias? Respeito ao direito internacional ou lei da selva? Cooperação solidária ou maquinação maquiavélica? Aumento da violência ou busca incessante pela paz? Espiral de incertezas? Não creio. Essa leva à loucura, mas quem sabe? Em outro mundo, o das crianças tudo é diferente e elas brincam, talvez como o menino maluquinho do Ziraldo.

